

Governo rejeita candidato avulso para Constituinte

Brasília — O Palácio do Planalto quer um mínimo de alterações na proposta de emenda de convocação da Assembleia Nacional Constituinte e não admite a possibilidade das candidaturas avulsas. As duas posições, segundo o líder do PFL no Senado, Carlos Alberto Chiarelli, foram tomadas ontem, por consenso, pelo Conselho Político do Governo, reunido pelo Presidente em exercício, Ulysses Guimarães.

Chiarelli explicou que a oposição às candidaturas avulsas — uma idéia do Governador paulista Franco Montoro e do Deputado João Gilberto (PMDB-RS) — nasceu da necessidade de se fortalecerem os partidos e do receio de que a futura Constituinte seja impregnada de um chamado "espírito corporativista".

O Conselho Político, afirmou o líder do PFL, resolveu também estimular a apresentação de uma subemenda que se destina a criar, entre os constituintes, comissão representativa, com participação proporcional de todos os partidos, encarregada de legislar ordinariamente durante o período de elaboração da nova Constituição. A comissão representativa deverá ser composta de 60 constituintes e se reunirá no plenário do Senado Federal. Ela funcionará como um colegiado que poderá atuar, dependendo das circunstâncias, como Câmara, Senado e Congresso.

Relator estranha

— Eu ainda não fui informado oficialmente, mas não acho que exista esse tal consenso que o Senador Chiarelli apregoa. E se existe é uma posição prematura e inaceitável, pois o Governo não pode atropelar as discussões que serão travadas pelos congressistas e pela sociedade durante o tempo de duração da Comissão Mista.

Essa foi a reação do Deputado Flávio Bierrembach (PMDB-SP), relator da Comissão Mista que estuda a convocação da Constituinte, ao tomar conhecimento de que o Conselho Político do Governo decidiu recomendar um mínimo de alterações no texto da emenda originária do Executivo.

Para Bierrembach, "em matéria constitucional não pode haver nada consensual antes que o Congresso ouça a sociedade e se

manifeste através de emendas". O Governo, disse o parlamentar pemedebista, "pode recomendar o que bem entender, mas o Congresso tem o dever de rejeitar o que for inaceitável para a sociedade brasileira".

O Deputado João Gilberto, também integrante da Comissão Mista e um dos autores da proposta das candidaturas avulsas, concorda com Bierrembach:

— O Governo pode recomendar, mas o Congresso pode não concordar.

Acha João Gilberto que a decisão do Conselho Político representa o aprofundamento de um abismo entre o Governo e a sociedade civil. Depois, o parlamentar gaúcho queixou-se: "A esquerda lança idéias ao ar e depois é vítima de suas próprias idéias. Por isso, diante dos reclamos de toda a sociedade, que deseja uma Constituinte mais participativa, penso que a solução ideal seria essa fórmula híbrida, de juntar candidatos partidários a candidatos avulsos com delegação exclusivamente constituinte".

A reunião de ontem do Conselho Político do Governo foi a mais longa desde a instalação da Nova República: durou 2h30min. Ulysses gostou do debate político no Palácio do Planalto e revelou: "É melhor discutir política aqui. É mais tranqüilo. No meu gabinete na Câmara a porta está sempre franqueada aos companheiros, o que me deixa pouco tempo para o trabalho".

Tema de Congresso

A Nova Constituição será o tema central do XXII Encontro nacional e I Encontro Latino-Americano de Vereadores que vai reunir, a partir de sábado, no Centro de Convenções de Brasília, 4 mil representantes municipais. Reforma agrária, a dívida externa e a reforma tributária serão outros temas importantes do congresso.

A extensão da imunidade parlamentar aos vereadores será uma das reivindicações dos participantes do congresso, que vão, ainda, discutir o problema da remuneração dos integrantes das Câmaras Municipais. O presidente da União dos Vereadores do Brasil, Paulo Silas Alvarenga, é taxativo: "A maioria dos 47 mil vereadores não chega a receber subsídios superiores a um salário mínimo".

ANC 88
Pasta 08/85
053/1985